



Artigos/Articles

Precariedade e psicopolítica como dispositivos de controle: uma análise do domínio coercitivo das normas sobre os corpos generificados

Maria Alexandra Azevedo Paiva Santos¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta diálogos entre a noção de precariedade de Judith Butler e a psicopolítica de Byung-Chul Han, com o objetivo de investigar como suas ideias se aproximam, se distanciam e se amalgamam. Utilizando as obras "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia" (BUTLER, 2018) e "Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder" (HAN, 2014), além de conceitos como biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1978–1979), performatividade e subjetividades (BUTLER, 1990, 2004, 2018), sociedades de controle (BAUMAN & LYON, 2013; DELEUZE [1972-1990] 1992) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), o artigo busca refletir sobre os dispositivos que controlam a vida e a mente dos sujeitos, especialmente dos corpos generificados, moldando a racionalidade neoliberal contemporânea. Por fim, discutimos possíveis saídas, conduzindo às inteligibilidades que vislumbram um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existência.

Palavras-Chave: Precariedade, Psicopolítica, Corpos generificados, Neoliberalismo.

ABSTRACT

This paper presents dialogues between the notion of precarity by Judith Butler and the psychopolitics by Byung-Chul Han, aiming to investigate how the ideas of these authors converge, diverge, and merge. Using the works "Bodies in Alliance and the Politics of the Street" (BUTLER, 2018) and "Psychopolitics: Neoliberalism and New Techniques of Power" (HAN, 2014), as well as concepts

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Email: maria.alexandra@letra.ufrj.br

such as biopower and biopolitics (FOUCAULT, 1978–1979), performativity and subjectivities (BUTLER, 1990, 2004, 2018), societies of control (BAUMAN & LYON, 2013; DELEUZE [1972-1990] 1992), and intersectionality (CRENSHAW, 1989), the article seeks to reflect on the devices that control the lives and minds of individuals, especially gendered bodies, shaping contemporary neoliberal rationality. Finally, we discuss possible ways forward, leading to the intelligibilities that envision a future in which we can live new social modes of existence.

Keywords: *Precarity, Psychopolitics, Gendered bodies, Neoliberalism.*

1. Introdução

A governamentalidade biopolítica, utilizando o dispositivo crítico cunhado por Michel Foucault (1978-1979), tem propiciado o surgimento de novas tecnologias de poder para o controle da vida humana. Esse conjunto de práticas e discursos neoliberais visa regular o corpo e a mente dos indivíduos, moldando novas subjetividades e criando o sujeito neoliberal ou, nas palavras de Byung-Chul Han, o “sujeito do desempenho explorador de si mesmo” (2014, p. 16). Para o filósofo sul coreano, vivemos em um momento histórico particular, no qual o neoliberalismo não é tão somente uma forma de capitalismo, mas tornou-se uma racionalidade definidora da realidade social.

As concepções atuais de poder e liberdade representam uma transformação em relação ao modelo disciplinar anterior. O dispositivo do biopoder não se restringe mais ao controle por meio da punição, concentrando-se agora na gestão da vida em todas as suas dimensões, tais como consumo, saúde e sexualidade. Dessa forma, o sujeito livre e empreendedor é o mesmo sujeito que precisa abdicar da sua alteridade e compromissos éticos para alcançar a “autorrealização neoliberal” (BUTLER, 2015, p. 34). Esse paradoxo, no qual a “própria liberdade provoca coerções” (HAN, 2014, p. 10), cria uma nova grade de inteligibilidade para as ciências humanas que discutiremos neste trabalho.

Além das transformações no modelo disciplinar e nas técnicas de gestão da vida, torna-se imprescindível considerar a dimensão das normas de gênero e sua influência nas “formas de vida generificada” (BUTLER, 2018, p. 65). Segundo o filósofo², as mulheres têm sido historicamente associadas à vulnerabilidade, evidenciando a normatividade de gênero como um elemento central na produção e manutenção do controle dos corpos e da lógica neoliberal. Desse modo, as normas coercitivas estão intrinsecamente relacionadas ao signo do feminino e à política sexual, resultando na precarização de corpos femininos marginalizados, como os das mulheres lésbicas e mulheres trans, uma vez que

² Utilizamos da linguagem não binária para citar autores que não se enquadram dentro da binariedade.

tais corpos desafiam as normas binárias e heteronormativas e enfrentam múltiplas formas de exclusão e violência. Portanto, uma análise crítica das práticas de poder que sustentam a normatividade de gênero revela as interseções entre essas estruturas e a construção de corpos e identidades diversas, abrindo espaço para a discussão sobre resistência, luta e alianças.

Para compreender a atual razão neoliberal e obter uma abordagem mais profunda do debate, propõe-se estabelecer um diálogo entre Butler e Han, a fim de examinar a precariedade e a psicopolítica como dispositivos de controle utilizados na dominação coercitiva dos indivíduos, especialmente os corpos generificados. Nas primeiras discussões, apresentamos algumas reflexões desenvolvidas por Foucault sobre o surgimento de novas tecnologias de poder que resultaram no livro "O nascimento da biopolítica", publicado em 1979. A relevância dessa obra se estende aos diálogos propostos neste artigo, embora os autores investigados apresentem, em certa medida, em suas abordagens, uma superação do paradigma foucaultiano.

Em prosseguimento, analisaremos as obras e "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia", de Judith Butler (2018) e "Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder", de Byung-Chul Han (2014). A relação entre o neoliberalismo e as formas de controle individuais é tratada por ambos os autores. Han explora como a psicopolítica é utilizada para submeter os indivíduos a uma lógica de competição e autoexploração, enquanto Butler discute o encadeamento entre corpos e poder, destacando a importância da ação coletiva e da construção de alianças políticas como forma de resistir às formas de dominação. Este estudo tem como objetivo investigar e discutir de que maneira os autores abordam essa relação e como suas ideias se aproximam, se distanciam e se amalgamam.

Trata-se de uma pesquisa de revisão teórica e cunho bibliográfico que contempla, além das linhas epistemológicas centradas na precariedade (BUTLER, 2018) e psicopolítica (HAN, 2014, 2017), conceitos entrelaçados ao debate proposto, como: biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1978–1979), performatividade e subjetividades (BUTLER, 1990, 2004, 2018), sociedades de controle (BAUMAN & LYON, 2013; DELEUZE [1972-1990] 1992) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1989). Para tanto, este artigo parte de uma visão histórica da sociedade disciplinar, para então discutir os dispositivos de controle que moldam a racionalidade neoliberal contemporânea.

2. Uma visão histórica dos instrumentos de controle na sociedade neoliberal

Durante a década de 1970, à luz dos impactos sociais, econômicos e culturais do pós-guerra, Michel Foucault (1978-1979) começa a desenvolver dispositivos críticos centrados na análise microfísica do poder e que permitam compreender seus mecanismos em um cenário de crise do liberalismo. Diante

dos sinais de esgotamento do projeto político em vigor, o filósofo francês definiu o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade que visa produzir sujeitos autônomos e responsáveis, capazes de gerir suas próprias vidas e tomar decisões racionais em relação aos seus interesses. Para ele, esse regime não é apenas uma teoria econômica, mas também uma realização aprimorada de “um certo tipo de liberalismo que se desenvolveu a partir do século XVIII” (FOUCAULT, 2008, p. 16).

Para o autor, os dispositivos centrados no controle dos corpos têm o objetivo de produzir efeitos de individualização, sendo representados principalmente pela disciplina e, de forma mais específica, pelos dispositivos disciplinares da sexualidade. Estes são utilizados como meios para alcançar um determinado ideal de corpo desejado. Como Foucault (2005) afirma, a sexualidade, enquanto um comportamento intrinsecamente corporal, está sujeita ao controle disciplinar, que atua de maneira individualizante por meio de uma vigilância constante.

Contudo, a análise foucaultiana da teoria neoliberal pode não abarcar adequadamente as implicações desta nova forma de controle social, apresentando, atualmente, uma perspectiva excessivamente otimista quanto ao capital humano e às tecnologias de subjetivação do poder. Como destaca Deleuze (1992), essa análise estava vinculada a um momento específico da história, em que o poder ainda era disciplinar, baseado apenas na vigilância e no controle dos corpos. Hoje, segundo Han (2014), a lógica neoliberal se intensificou, criando uma cultura de produção e consumo permanentes que não só se limita ao espaço físico, mas permeia a vida cotidiana.

Nessa dinâmica de controle, o poder é exercido de forma sutil e invisível, através da sedução e da vigilância, moldando os desejos e as vontades dos indivíduos. De acordo com Bauman e Lyon (2013), “o neoliberalismo exige uma governança algorítmica da vida cotidiana, integrando os indivíduos ao mercado global e monitorando e avaliando constantemente suas ações”. Diante disso, a biopolítica e a sociedade do controle tornaram-se dispositivos essenciais para a gestão da vida e do trabalho, impondo um modelo de subjetividade que se adequa às demandas neoliberais.

3. Precariedade, psicopolítica, vulnerabilidade e ação

Byung-Chul Han (2014), em “Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder”, apresenta uma teoria consistente que questiona o regime neoliberal e as crises decorrentes da interseção entre liberdade, sujeito e poder. A psicopolítica é desenvolvida como um novo tipo de controle que incide não apenas sobre os corpos, mas principalmente sobre as mentes. Han critica a biopolítica de Foucault, argumentando que ela não é capaz de explicar a ideologia neoliberal, uma vez que implica o controle total dos corpos e da vida. Segundo o filósofo sul-coreano, “essa visão parece ingênua no contexto atual,

em que a psique é o foco do controle. A psicopolítica se concentra não na normalização dos corpos, mas na produção de subjetividade, que é cada vez mais autônoma e responsável por si mesma" (HAN, 2014, p. 48).

Em "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia", Judith Butler discute o conceito de precariedade a partir do neoliberalismo e da biopolítica, enfatizando como essas estratégias de poder produzem populações precárias e vulneráveis. Embora tais estratégias sejam relevantes para compreender a distribuição da vulnerabilidade de gênero, elas não fornecem uma análise completa. Para Butler (2018), a negação da vulnerabilidade ocorre constantemente, mesmo que seja impossível negá-la completamente. Ao afirmarmos que pessoas ou grupos negam a vulnerabilidade, estamos assumindo não apenas que a vulnerabilidade já estava presente, mas também que, de alguma forma, ela não pode ser negada. É importante ressaltar que não se pode fazer uma analogia fácil entre formações individuais e grupais, no entanto, é possível observar formas de negação ou repúdio atravessando ambas as esferas.

Ainda em Butler (2004, 2018), a precariedade é um produto da desigualdade econômica, política e cultural que está profundamente enraizada em relações de poder mais amplas, como o racismo, o sexismo e a homofobia. Nesse sentido, o filósofo destaca a interseccionalidade como elemento fundamental para entender como as diversas formas de opressão se interconectam e se reforçam mutuamente, produzindo uma situação de vulnerabilidade e instabilidade para aqueles que ocupam posições subalternas na sociedade. Através da ótica interseccional, é possível compreender como a precariedade se manifesta de maneira distinta em diferentes contextos e como as lutas por justiça social devem levar em conta essas complexidades.

A ideia de interseccionalidade foi desenvolvida pela jurista e ativista Kimberlé Crenshaw em 1989, como uma forma de compreender a opressão enfrentada por mulheres negras, a qual não era abordada adequadamente pela análise isolada de gênero ou raça. Como salientado por Butler (2018, p. 34), "a precariedade é a rubrica que une as mulheres, os *queers*, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas". Portanto, a interseccionalidade, sob a lente da precariedade, não se limita à sobreposição de identidades, mas representa sistemas uma compreensão de como essas identidades se entrecruzam e se manifestam em opressão e desigualdade.

Ao examinarmos a interdependência entre poder e violência na sociedade atual, a importância do conceito de interseccionalidade aliado à precariedade torna-se evidente. Nesse sentido, Butler reflete sobre a "vulnerabilidade corporal e a política de coligação" (Butler, 2018, p. 124), ou seja, a possibilidade dos corpos vulneráveis também serem agentes de ação. Essa perspectiva encontra eco em mobilizações ao redor do mundo, como as Marchas das Vadias (*Slut*

Walks), onde as pessoas se engajam em prol do direito das mulheres e das pessoas trans andarem na rua em segurança, bem como de causas sociais mais amplas. Dessa forma, esse tipo de mobilização nas ruas representa não apenas um movimento corporal e político, mas também uma luta coletiva em busca de igualdade e reconhecimento.

Diante dessa realidade, Butler estabelece um diálogo com Han ao ressaltar que a fantasia do indivíduo empreendedor de si mesmo, que vive em condições de precariedade, cria uma suposição perturbadora na qual "os sujeitos podem agir de maneira autônoma sob condições nas quais a vida se tornou insuportável". Já que a partir da distribuição diferencial da condição precária, "ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir" (BUTLER, 2018, p. 20-44). O dilema reside em não termos condições para agir, ainda que, por vezes, seja necessário agir para instalar e preservar essas condições de liberdade. Na seção seguinte, exploraremos essa questão com mais profundidade.

4. Afinal, de que liberdade falamos no neoliberalismo?

Uma das questões centrais no contexto do neoliberalismo é o paradoxo entre liberdade e coerção, abordado por Han (2014). Segundo o autor, a razão neoliberal promove uma forma de coerção invisível que sacrifica a autonomia individual em prol de uma suposta liberdade de escolha, que é limitada e controlada pelas normas do capital e da mídia. Para discutir essa percepção de liberdade, é relevante considerarmos o dispositivo da sexualidade foucaultiano como um dos pilares da coerção social e política. Para Foucault, o dispositivo é composto por diversas práticas discursivas, instituições e técnicas que moldam e regulam a sexualidade das pessoas. De modo alegórico, Han argumenta que "o indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital", uma vez que "a liberdade individual concede ao capital uma subjetividade automática" (HAN, 2014, p. 13). Para tanto, a liberdade não pode ser entendida apenas em termos individuais, mas deve ser compreendida em relação às estruturas sociais, culturais e tecnológicas que moldam nossas experiências e subjetividades.

Assim que deixamos para trás o "panóptico disciplinar", deparamo-nos com um novo modelo ainda mais eficiente: a sociedade digital de controle. Atualmente, estamos avançando em direção à psicopolítica digital, que se expande do monitoramento passivo para o controle ativo, resultando em uma crise da liberdade. A sociedade digital de controle, conforme descrita por Han, utiliza intensivamente a liberdade e transforma o sujeito em um espectador passivo, propiciando assim, que "a liberdade do cidadão ceda diante da passividade do consumidor" (HAN, 2014, p. 21). Essa visão é corroborada por Santaella (2003), quando argumenta que as transformações culturais não são devidas apenas ao advento de novas tecnologias e mídias digitais, mas sim aos tipos de signos, mensagens e processos de comunicação que são produzidos e

circulam nesses meios. Para a autora, os signos engendrados nesse modelo são “os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais” (SANTAELLA, 2003, p. 2).

Logo, torna-se pertinente questionar: como buscar liberdade em uma sociedade neoliberal que tem como ideal um sujeito empreendedor capaz de ser economicamente autossuficiente, mesmo quando esta autossuficiência está comprometida pela própria estrutura que a sustenta? Para tal, Butler retoma a obra de Hannah Arendt (1958), com o intuito de refletir sobre a relação entre liberdade, libertação e necessidade. O argumento de Arendt parte da compreensão de que a revolução é corporificada, ou seja, as ações revolucionárias estariam relacionadas ao corpo e suas necessidades, como a fome. E a autora explica que uma ação provocada pela fome é entendida por Arendt como sendo motivada pela necessidade e não pela liberdade. Então, a libertação buscada não seria propriamente liberdade, “mas um esforço impossível e violento no sentido de se libertar das necessidades da vida” (BUTLER, 2014, p. 30-49).

Além disso, Butler estende sua crítica à noção de universalidade defendida pela filósofa alemã, que não considera “uma parte da população socialmente morta, supérflua ou intrinsecamente indigna de viver” (BUTLER, 2018, p. 115). Em outras palavras, trata-se de uma noção baseada na compreensão hegemônica do poder e que negligencia as necessidades dos corpos generificados. Por conseguinte, seria apropriado questionar também: se o corpo permanece no nível da necessidade, como a consideração política sobre a liberdade pode ser corporificada? Como resposta às questões levantadas, e a filósofa ressalta a reivindicação por uma libertação da precariedade, isto é, da luta por condições que possibilitem uma vida que possa ser vivida.

Ao vincular a noção de precariedade proposta por Judith Butler à sua teoria da performatividade de gênero, torna-se evidente que a precariedade está diretamente ligada às normas de gênero e à vulnerabilidade corporal. Isso ocorre porque a normatização estabelece não apenas como devemos nos apresentar no espaço público, mas também como o público e o privado se distinguem, sendo essa distinção “instrumentalizada a serviço da política sexual” (Butler, 2018, p. 38). Portanto, a libertação emerge como uma dimensão fundamental para uma política de alianças, envolvendo a transformação das relações de poder em uma proposição plural e performativa de elegibilidade e reconhecimento das vidas generificadas.

5. Que nova inteligibilidade podemos criar?

Byung-Chul Han utiliza uma série de argumentos para sustentar a tese de que, apesar de nos libertarmos das imposições externas, acabamos por nos afogar nas próprias imposições que surgem a partir dos mecanismos de controle

psicológico. Mas qual seria a solução para essa situação? O filósofo afirma que a resposta está no "idiotismo" (HAN, 2014, p. 109). Para Deleuze ([1991] 2007, p. 84), o idiota "quer fazer do absurdo a mais alta potência do pensamento", isto é, fomentar a criação de novas linguagens ou possibilidades. Ademais, essa postura seria a chave para continuarmos produzindo singularidades e construirmos ou reconstruirmos novas realidades. O "idiotismo" representa, portanto, uma prática de liberdade.

No livro "Agonia do Eros", Han aborda o amor como um fenômeno intrínseco ao sentir-se humano, especialmente em uma era do controle tecnológico e da hegemonia cultural por padrões de desempenho. Para o autor, o pensamento só se eleva a partir do Eros, ou seja, do Outro. Como Han destaca: "Sem eros, o pensamento perde toda e qualquer vitalidade, toda inquietação e se torna repetitivo, reativo" (Han, 2017, p. 92-93). É por meio do amor que o mundo é exposto em sua verdadeira natureza, revelando verdades subjacentes à vida em sociedade que normalmente estão ocultas à autocrítica e à intercomunicação entre os indivíduos e as culturas. A "Agonia do Eros" resgata, de certa forma, a necessidade de se pensar o amor e a alteridade como uma prática de liberdade, capaz de resistir à reprodução do desempenho e da precarização.

Butler, por sua vez, enxerga na performatividade uma forma de agir a partir da precariedade e, simultaneamente, resistir a ela. Utilizando sua teoria da performatividade de gênero, Butler amplia o conceito para outras normas de reconhecimento que "informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo". Ela argumenta que "esses modos de corporificação podem provar formas de contestar essas normas e até mesmo rompê-las" (BUTLER, 2018, p. 34). Desse modo, uma possível solução estaria na luta coletiva por modos de vida nos quais os atos performativos resistam à condição precária, ou seja, no "nós" que é representado por uma assembleia de corpos plural e reivindicadora da esfera política pela qual foi abandonada. Logo, essa luta busca descortinar um futuro em que possamos viver novos modos sociais de existência, muitas vezes no limite crítico do reconhecível e outras vezes no centro das atenções da mídia dominante.

6. Considerações finais

Em síntese, a análise das obras "Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder", de Byung-Chul Han, e "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia", de Judith Butler, revela importantes reflexões sobre as formas de controle individuais no contexto do neoliberalismo. Han destaca a prática do "idiotismo" como uma forma de resistência às imposições psicopolíticas, enquanto Butler aponta para a necessidade de ações coletivas e da construção de alianças contra a precarização. Apesar de suas abordagens distintas, ambos os autores

compartilham uma visão crítica da atual racionalidade neoliberal, que promove a autoexploração do indivíduo. Assim, eles defendem a necessidade de buscar novas formas de resistência e de construir alternativas que valorizem a alteridade, em detrimento do individualismo e da homogeneização.

Podemos concluir, portanto, que as perspectivas dos filósofos acerca da sociedade neoliberal são de grande importância para compreendermos os dispositivos de controle atuais e para elaborarmos estratégias coletivas de resistência à precarização das vidas generificadas. Seus pensamentos atentos e sensíveis nos proporcionam uma base teórica sólida e essencial para análises críticas e transformadoras da realidade social em que vivemos.

Referências

- ARENDDT, H. *On Revolution*. New York: Penguin, 1963, p.114.
- BAUMAN, Z.; LYON, D. *Vigilância Líquida*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.
- BUTLER, J. *Corpos em Alianças e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- BUTLER, J. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004.
- CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, (1), 1989, p. 139-167.
- DELEUZE, G. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. O que é a filosofia? 2. ed. São Paulo: Ed. 34, [1991] 2007, p. 84.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 300.
- HAN, B-C. *Agonia do Eros*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, [2017] 2018.



HAN, B-C. *Psicopolítica*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTAELLA, L. *Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano*. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, (20), 2003, p. 2-11.